
EDITORIAL

EDUCAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIAL: AGENDAS, PRÁXIS E ENCAMINHAMENTOS

Paulo Gomes Lima¹

Luciane Weber Baia Hees²

Objeto de direito social, fenômeno que pode aproximar pessoas e favorecer o desenvolvimento da cultura e ciência, a educação tem inquestionavelmente o seu sentido e sua realização quando provoca transformações *da e para* a vida em sociedade. Esse singelo entendimento vem colocar em evidência o conceito e o papel da educação (escolar ou não) que ultrapassa o entendimento de transmissão de conteúdos, ainda que em parte seja localizada, e chegando ao âmago conceitua-se como a passagem de um estágio de menor conhecimento e apreensão da realidade para uma leitura mais ampla, convencionalizada ou não. Daí o seu papel nos Estados-Nação: possibilitar oportunidades de partida em condições similares a todos os cidadãos. E as de chegada? Essas certamente serão objeto de condições de políticas públicas e da natureza da escolha dos indivíduos.

De forma deliberada o estudo sobre as condições de oportunidades sociais, políticas públicas e maneiras de organizar o percurso educativo de uma nação, faz-se em grande parte em instituições ou agências que aferem o grau de maturidade de tais preocupações e o planejamento para o seu aperfeiçoamento ou não, são universidades, agências externas, instituições multilaterais dentre outros; cujos "achados" são socializados por documentos de distintas formas ou objetivos. Para o propósito do presente Dossiê Temático, "Gestão e Inovação nos Desafios Atuais e Futuros da Educação", a *Docent Discunt* reúne um conjunto de artigos selecionados, cujo conteúdo recortado abre lampejos para discussões sociais profundas, problematizações e encaminhamentos para se pensar as agendas, práxis e encaminhamentos da educação em sua contextualização social *na e para* além-fronteiras.

Como destacamos anteriormente (LIMA, 2003), a educação assume a tarefa social de despertar no homem a consciência de si e do outro no mundo, contribuindo, de forma relevante, para o seu cres-

¹ Doutor em Educação Escolar pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Professor associado do Departamento de Educação e Ciências humanas da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), Sorocaba, Brasil. E-mail: paulolima@ufscar.br

² Doutora em Psicologia da Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Mestre em Educação na área de Gestão e Políticas Públicas pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP). Professora titular do Mestrado Profissional em Educação do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), Engenheiro Coelho, Brasil. E-mail: luciane.hees@unasp.edu.br

cimento formativo e informativo, favorecendo o seu exercício ativo em todos os processos da história vivida (e implicações advindas desses). Dessa forma, desfaz as tramas reducionistas dessa realidade histórica (que é sobretudo vivida), considerando o seu universo relacional, que possui essencialmente um caráter multidimensional; cuja finalidade maior é a de elevar o homem à categoria de sujeito de sua própria história em construção, mediatizada pela compreensão, interpretação e crítica (essas sempre em processo) de sua realidade (envolvendo aqui toda a valoração do homem em sua totalidade: social, política, econômica, mas acima de tudo do homem como homem, propriamente dito). Os textos que ora apresentamos, além de cuidadosa seleção, passaram pelo crivo de sua contribuição social e científica, ponto culminante do que se entende como critério ético e boas práticas em pesquisa.

O primeiro texto, de Carolina Martins Malta e colaboradores, “Primeiros socorros para profissionais da educação infantil: um estudo quase-experimental”, investiga o conhecimento de profissionais da educação infantil sobre primeiros socorros e avalia os resultados da implementação de uma intervenção em educação em saúde para capacitação dos educadores na área de urgência e emergência em um berçário privado no município de Palmas, estado de Tocantins, Brasil. Concluem os autores que o treinamento em primeiros socorros é essencial aos profissionais da educação infantil, daí ser importante que esteja previsto no currículo em sua formação inicial e continuada para efetiva promoção da saúde escolar e prevenção de lesões acidentais.

Jefferson Antonio do Prado tece aproximações conceituais possíveis em Norbert Elias, no artigo “As aproximações e contribuições de Norbert Elias para a educação a partir do conceito de interdependência, inter-relação, configuração, poder, *habitus* social e individualização”, como condiz o título, para leitura do indivíduo relacional. Nesse contexto, a relação entre indivíduos, grupos e sociedade perpassa a ideia de educação não somente idealizada, mas articulada ao âmago da cultura pertinente.

Milton Torres, em “A contribuição de Galeno de Pérgamo para a história da educação”, parte de uma breve avaliação do legado de Galeno de Pérgamo como médico e professor durante a dinastia antonina do Império Romano, e de alguns aspectos de sua contribuição para a história da educação, com base em alguns de seus tratados, especialmente a obra intitulada *O melhor tipo de ensino*, que compõem um *corpus* que ainda não foi inteiramente traduzido do grego antigo para o inglês, espanhol ou português. Conforme o autor, atenção é dada especialmente a seu recurso à dialética e à lógica para o desenvolvimento de uma didática fundamentada na análise, síntese, exegese e demonstração, para a qual ele considerava a definição exata dos termos como imprescindível.

No texto “A educomunicação como epistemologia no ensino híbrido da educação básica”, de Stella de Mello Silva e outros, se discute a epistemologia educacional como um paradigma norteador do ecossistema escolar no sistema híbrido de ensino – modalidade esta que se tornou plausível principalmente por conta do contexto pandêmico vivenciado, desde fevereiro de 2020 até agora, na Educação Básica do Brasil. Em um movimento dialógico entre notícias e pesquisas publicadas neste período e materiais teóricos sobre Educomunicação – cuja representação se dará por nomes como Mario Kaplún

e Ismar Soares, fundamentalmente – serão apresentadas ponderações advindas do Grupo de Estudos Educomunicativos do UNASP (GEED), o qual acredita que a educação pode se comunicar melhor com a comunidade e que a comunicação pode educar melhor a sociedade. Assim sendo, o trabalho a seguir refletirá sobre as possibilidades e os desafios de um processo de ensino-aprendizagem mais autônomo e autoral, em tempos da necessidade incontestável de formarem-se cidadãos de leitura crítica e de posição ética.

José Márcio Silva Barbosa, em “Contribuições para o repensar a liderança e a inovação na gestão escolar”, problematiza as proximidades entre a liderança do diretor escolar e a gestão como espaço de tomada de decisões que subsidiará novos desafios e possibilidades de inovação em educação. Integrado a essa ideia, o objetivo foi incrementar uma discussão acerca dos temas propostos na busca de pressupostos teóricos postulados que impulsionam eixos condutores do trabalho da escola. Por fim, elabora considerações que sistematizam as principais ideias e que levantam algumas proposições sobre a Base Nacional Comum Curricular e sua relação com a gestão escolar, sendo abertas expectativas acerca da liderança do diretor escolar para efetivação de seu ofício na escola e no currículo.

Renata Andrade Perão e Virginia Mara Próspero da Cunha, em “O atendimento educacional especializado: um complemento na formação dos alunos da educação especial”, desenvolvem uma pesquisa sobre a complementação do ensino para os alunos do público-alvo da educação especial. O texto se estrutura a partir de uma abordagem qualitativa e procura identificar as atribuições dos profissionais especialistas atuantes no Atendimento Educacional Especializado dentro do ambiente escolar e sua atuação na complementação do Ensino para os alunos com deficiência. A concepção sócio-histórica do desenvolvimento humano, por meio dos estudos de Vigotski, fundamentam nossa análise e evidenciam a possibilidade do aprendizado. Espera-se com as considerações apresentadas, aprofundar as reflexões acerca do ensino e aprendizagem dos alunos que fazem parte da educação especial.

O texto “Ações afirmativas no Instituto Federal de São Paulo: análise de fontes documentais”, de autoria de Marcelle Christiane Gomes do Nascimento Barros e Angela Martins, contextualiza a criação do IFSP no escopo da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil e realiza apontamentos sobre o conceito, objetivos e contexto em que são produzidas as políticas de ações afirmativas e ações inclusivas no país, no intuito de estabelecer diálogo entre as fontes oficiais e a literatura que examina o tema em pauta. Na sequência, apresenta e analisa os documentos e, por fim, apresenta alguns subsídios com o objetivo de contribuir para a ampliação do debate em torno do tema, e da melhoria na qualidade das relações de convivência na instituição.

Tatiane Aparecida Batista e Cristovam da Silva Alves, autores do texto “Percepção dos professores de enfermagem acerca do uso de metodologias ativas”, abordam o uso das metodologias ativas no curso superior de Enfermagem e visam verificar a importância de práticas ativas nesse curso de graduação e seus reflexos sobre a formação do docente enfermeiro do ensino técnico, visto que os enfermeiros

professores, na maioria dos casos, possuem recortada formação pedagógica para executar atividades docentes. Como instrumento de coleta de dados foram utilizadas entrevistas com professores enfermeiros, questionário com os alunos da graduação de enfermagem e grupo focal com docentes enfermeiros da Educação Profissional Técnica. O local epistemológico da pesquisa foi o Vale do Paraíba, região do interior do Estado de São Paulo.

O nono texto, “Reflexões acerca da formação de diretoras e diretores de uma rede municipal de ensino”, de Adriana Teixeira Reis, descreve o processo formativo de diretoras e diretores e a interpretação que estes atores tecem acerca de suas dificuldades e expectativas futuras em relação às aprendizagens adquiridas. O referido processo formativo em serviço se apoiou no princípio metodológico de processos formativos que privilegiam o diálogo, especialmente por incorporar questões vivenciadas pelos diretores a partir da sua própria reflexão a respeito do momento da pandemia, que expôs as diretoras e diretores a diversos desafios. As ações empreendidas pela equipe gestora-acolhedora revelaram um modelo de gestão democrática-participativa, na qual, mesmo diante de inúmeros desafios, proporcionou experiências junto aos profissionais que atuam na escola em direção à sua superação.

“Estudos e pesquisas sobre avaliação institucional no Brasil: um estudo correlato” é o título da pesquisa desenvolvida por Fernanda Evelin Camarço de Souza e outros, cujo objetivo é compreender os impactos resultantes dessa dimensão institucional na dinâmica social e em como estas relações vão se construindo e se consolidando no tempo histórico. Os resultados encontrados evidenciaram uma quantidade expressiva de teses e dissertações em diferentes programas e instituições de educação superior. Os estudos indicam que há uma produção multirreferencial sobre a avaliação institucional no Brasil, com diferentes olhares e perspectivas sobre esta dimensão da Avaliação Educacional, o que possibilita que novos pesquisadores entrem em ação para contribuir com a ideia de se construir uma verdadeira cultura da avaliação no país.

Mariana Luize dos Santos e Washington Cesar Shoiti Nozu, em “Construção das políticas de Educação Especial Inclusiva na Educação Profissional e Tecnológica”, discutem o contexto de influência e de produção do texto das políticas de inclusão de estudantes público-alvo da Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Abordagem do Ciclo de Políticas, desenvolvida por Stephen J. Ball e colaboradores, amplamente difundida no Brasil por Jefferson Mainardes. Os procedimentos metodológicos envolveram revisão bibliográfica e análise de documentos internacionais e nacionais. Os resultados foram organizados em três seções, a saber: influências e produções textuais internacionais; política nacional de Educação Especial: à guisa de inclusão escolar; e Educação Especial na Educação Profissional e Tecnológica. O estudo apresenta imbricações entre as modalidades Educação Especial e Educação Profissional e Tecnológica, sobretudo com as políticas de educação inclusiva. Apesar de avanços conquistados, evidencia-se a descontinuidade das ações políticas na área.

Luciana Vitor Cury e Maria do Carmo Meirelles Toledo Cruz, no texto: "Pedagogia e políticas públicas de educação: intersecção dos campos", destacam reflexões sobre a relação entre os campos da pedagogia e das políticas públicas e as incidências desta relação nas políticas educacionais. Parte das reflexões de uma das autoras é proveniente da sua experiência prática como profissional da educação e sua vivência de pesquisa e estudo no Mestrado Acadêmico em Educação. O trabalho traz, brevemente, considerações sobre como o pacto federativo e o modelo de cooperação entre os entes federados (ABRUCIO, 2015; LOTTA, 2019) refletem nos desenhos de implementação da política. Discute, ainda, como a capacidade institucional influencia a implementação de políticas dos territórios municipais brasileiros (HUERTA, 2008; VELOSO *et al.*, 2011; CRUZ *et al.*, 2011; MARTINS *et al.*, 2013; PIRES; GOMIDE, 2016). A reflexão abrange a natureza das políticas educacionais e sua aproximação das práticas educativas e aponta para a necessidade de aproximação entre a pedagogia e as políticas públicas educacionais.

E, finalmente, Joene Vieira-Santos e Estevão Schultz Campos, em "Projeto Interdisciplinar entre Psicologia e Direito: oficina de produção de conhecimento". por meio de um relato de experiência do desenvolvimento da Oficina de Produção de Conhecimento UNASP, focalizam a atividade de iniciação científica interdisciplinar conduzida por professores dos cursos de Direito e Psicologia voltada para a produção e divulgação de conhecimentos científicos nos campi de São Paulo e Hortolândia. Entendem os autores que, como um dos tripés da pesquisa, a produção do conhecimento não pode desvincular-se dos processos mais amplos de ensino e aprendizagem, mas ao ser lido de forma transversal se realiza com legitimidade em que o todo está na parte e a parte no todo.

Todos os textos, em maior ou menor grau fazem uma interpretação e tradução do ato educativo em alguns de seus matizes, lemos como rica oportunidade de aprendizagem e socialização do conhecimento. Convidamos os leitores e interessados a percorrerem as páginas do presente dossiê, o que certamente honrará a todos os autores, a revista e responsáveis por essa edição. Carpe Diem!

Referências bibliográficas

ABRUCIO, F. Federalismo, município e democracia. In: OFICINA MUNICIPAL. **Princípios da democracia**. São Paulo: Oficina Municipal, 2015. v. 1.

CRUZ, M. do C. M. T.; MONTORO, F. A. F.; BIO, S. R.; VIANA, M. T.; CRAVEIRO, S. da S.; CASTRO, T. P. de. Gestão pública municipal no estado de São Paulo: Elementos para um olhar analítico. In: VELOSO, J. F. A.; MONASTERIO, L. M.; VIEIRA, R. da S.; MIRANDA, R. B. **Gestão Municipal no Brasil: Um retrato das prefeituras**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_gestaomunicipal.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.

LIMA, P. G. **Tendências paradigmáticas na pesquisa educacional**. Artur Nogueira: Amilpress, 2003.

LOTTA, G. A política pública como ela é: Contribuições dos estudos sobre implementação para a análise de políticas públicas. In: LOTTA, G. (org.) **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil**. Brasília: Enap, 2019.

MARTINS, A. M.; PIMENTA, C. O.; FERNANDES, F. S.; NOVAES, G. T. F.; LOPES, V. V. A capacidade institucional de municípios paulistas na gestão da educação básica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 150, p. 812-8350, 1 dez. 2013. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742013000300005>

PIRES, R.R.C.; GOMIDE, A. de Á. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 24, n. 58, p. 121-143, 2016. <https://doi.org/10.1590/1678-987316245806>

VELOSO, J. F. A.; MONASTERIO, L. M.; VIEIRA, R. da S.; MIRANDA, R. B. **Gestão Municipal no Brasil: Um retrato das prefeituras**. Brasília: Ipea, 2011. Disponível em: https://ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_gestaomunicipal.pdf. Acesso em: 31 out. 2020.